

REVISTA DE DIREITO DA CIDADE

EDITORIAL PARA O VOL. 13-2 (2021)

A Revista de Direito da Cidade, revista classificada pelo MEC/CAPES como **Qualis A1**, Direito e cadastrada na *Web of Science*, tem o prazer de informar que o artigo BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. *Como salvar a Amazônia: por que a floresta de pé vale mais do que derrubada*. Revista de Direito da Cidade [Recurso Eletrônico]. Rio de Janeiro, v.12, n.2, 2020, publicado em nossa Revista em maio de 2020, teve uma versão resumida publicada pelos mesmos autores na **Harvard International Law Journal - HILJ**, vol. 62, 2021. Disponível em: <https://harvardilj.org/wp-content/uploads/sites/15/In-Defense-of-the-Amazon-Forest.pdf>

Publicamos nesse número o Dossiê Direito da Cidade: conflitos e soluções durante a pandemia de Covid-19, com 14 artigos, sendo 04 artigos de professores estrangeiros. Dentre esses artigos publicamos no Dossiê o artigo *“Covid-19 crisis management in Mexico: initial reopening”* de Benjamin Mendez Bahena, Research Professor at the Center for Economic, Administrative, and Social Sciences (CIECAS) at the National Polytechnic Institute (IPN), Mexico; de Jorge Culebro Moreno, Doctor Polit. University of Bergen, Norway. Level II member, National System of Researchers. Head of the Organizational and Institutional Analysis Laboratory and the Postgraduate Seminar on Institutional Analysis, DCSH, Metropolitan Autonomous University (Cuajimalpa), México e de Pablo Cruz Hernandez, Candidate, PhD of Social Science, Metropolitan Autonomous University- Cuajimalpa, Mexico.

Esse artigo *“Covid-19 crisis management in Mexico: initial reopening”* analisa que a pandemia COVID-19 abalou o mundo inteiro ao longo de 2020. No México, a gestão desta crise recaiu sobre um governo federal que assumiu o poder em dezembro de 2018 e prometeu priorizar os pobres e os marginalizados. Discorre que o sistema de saúde foi negligenciado por muitos anos e passa por um processo de transformação (OCDE, 2019; Presidência da República, 2019). Nesse artigo se examina como os órgãos do governo federal administraram a fase inicial da crise, envolvendo o confinamento geral em nível nacional, e as primeiras seis semanas de reabertura gradativa das atividades, a chamada "nova normalidade", que vem sendo implementada por governos subnacionais. Empregou-se a teoria da gestão de crises como referencial teórico para analisar instrumentos de coordenação em um sistema de saúde profundamente fragmentado, estilos de liderança e a implementação de quarentena voluntária evitando medidas coercitivas. Com relação à metodologia, descreveu-se um estudo de caso misto com base em instrumentos regulatórios federais, abundantes informações oficiais publicamente

disponíveis e uma revisão de literatura para o período de estudo. Finalmente, na seção final, destacou-se as razões pelas quais considerou-se que a gestão da crise no México foi aceitável durante os primeiros meses da crise.

Como nos números anteriormente publicados, no atual volume 13, número 02, publicamos 20 (dezesesseis) artigos inéditos, 14 artigos no Dossiê e 06 artigos de outros temas, sendo 05 artigos de professores estrangeiros: o já citado *"Covid-19 crisis management in Mexico: initial reopening"* de Benjamin Mendez Bahena, Research Professor at the Center for Economic, Administrative, and Social Sciences (CIECAS) at the National Polytechnic Institute (IPN), Mexico; de Jorge Culebro Moreno, Doctor Polit. University of Bergen, Norway. Level II member, National System of Researchers. Head of the Organizational and Institutional Analysis Laboratory and the Postgraduate Seminar on Institutional Analysis, DCSH, Metropolitan Autonomous University (Cuajimalpa), México e de Pablo Cruz Hernandez, Candidate, PhD of Social Science, Metropolitan Autonomous University- Cuajimalpa, Mexico; *"El derecho de excepción: recurso democrático ante la pandemia COVID-19 en México"* de Joaquin Ordoñez, Dr. en Derecho, Profesor e investigador de tiempo completo de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma del Estado de México, México; *"Gouvernance et principes de l'environnement en contexte de pandémie: des perspectives juridiques pour la transition mondiale"* de Alexandra Aragão, Doutora em Ciências Jurídicas e Políticas - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/FDUC, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/UC, Portugal e de Grace Ladeira Garbaccio, Professora do Programa Stricto Sensu do Mestrado em Direito do Instituto IDP. Doutora e mestre em Direito pela Universidade de Limoges/ França – reconhecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do curso de pós-graduação lato sensu da FIA, ESPM, FMU; *"Pandemic and biopolitics"* de Nubia Cortes Márquez, Doctora en antropología social. Profesora-investigadora del Centro de Estudios de Geografía Humana, El Colegio de Michoacán, México e *"O direito à cidade de mulheres: uma análise sobre suas limitações a partir de violências infraestruturais de gênero contra brasileiras em Londres e na Maré, Rio de Janeiro."*, de Cathy McIlwaine, Professora do Departamento de Geografia da King's College London. Doutorado pela London School of Economics e mestrado pela Universidade de Liverpool; de Moniza Rizzini Ansari, Pesquisadora associada do Departamento de Geografia da King's College London. Doutorado pela Birkbeck College, Universidade de Londres, e mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; de Yara Evans, Pesquisadora associada do Centre for Environmental Policy da Imperial College London. Doutorado pela Universidade of Wales Aberystwyth e mestrado em Geografia pela Royal Holloway; de Miriam Krenzinger, Miriam Krenzinger; e de Eliana Sousa Silva, Diretora e fundadora da organização Redes da Maré. Doutorado em Serviço Social e Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em nossa Seção Ensaios publicamos 04 (quatro) ensaios inéditos, sendo dois sobre políticas públicas urbanas: *“Legal challenges for the implementation of a wind farm in the city of Macaé, Rio de Janeiro - Brasil”* e *“Plano Diretor e ordenamento do espaço urbano: compatibilidade a partir da repercussão geral no recurso extraordinário nº. 607.940/DF”*.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e também de muitos países estrangeiros, em um total de mais de 420 pareceristas avaliadores.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista de Direito da Cidade está indexada.

Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista de Direito da Cidade são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor da Revista de Direito da Cidade